



Decisão sobre Lula no Supremo anima defesas de condenados

Criminalistas e constitucionalistas argumentam que decisão do Supremo, que blindou ex-presidente da cadeia - pelo menos até 4 de abril -, pode embasar mais pedidos de habeas corpus

Fausto Macedo, Julia Affonso, Valmar Hupsel Filho, Amanda Pupo, Teo Cury e Breno Pires

23 Março 2018 | 13h41



Juristas e advogados – criminalistas e constitucionalistas – consideram que a **decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu o julgamento do habeas corpus do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva** consolidou o entendimento de que iminentes prisões após condenações em segunda instância podem ser questionadas por meio desse recurso.

+++Supremo barra prisão de Lula até julgamento do habeas corpus

Comemorada pelas defesas de investigados e condenados em operações contra corrupção, a decisão do STF recebeu críticas de representantes do Ministério Público Federal.

NEWSLETTER Política

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade

 Digite seu e-mail **ASSINAR**

+++Juristas avaliam julgamento que pode mandar Lula para a prisão da Lava Jato

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Um ministro aposentado do STF observou, em caráter reservado, que a decisão da Corte de acatar a liminar pedida pela defesa de Lula, para impedir os efeitos de eventual ordem de prisão contra o petista até que seja julgado o mérito do habeas corpus, estabelece o entendimento de que os recursos podem ser acolhidos para evitar o cumprimento de pena após condenação em segunda instância.

+++Raquel diz estar 'confiante' de que STF vai respeitar prisão em 2º grau

O plenário ainda não havia se debruçado sobre o assunto e as duas turmas, quando o fizeram, concluíram de forma “discrepante” entre elas. **Como o Estado mostrou em dezembro, as turmas tinham entendimentos divergentes sobre habeas corpus.** Enquanto a Primeira Turma era favorável, total ou parcialmente, a 16% dos pedidos, a Segunda decidiu pró-réu em 40% dos casos, segundo levantamento feito com base em dados de 2015 a 2017 obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

Nesta sexta-feira, 23, **a defesa do ex-ministro Antonio Palocci, que está preso, requereu que o ministro Edson Fachin retire do plenário e paute na Segunda Turma o seu pedido de liberdade.** A defesa sustenta que o motivo

alegado por Fachin para enviar o caso ao plenário – divergências entre as Turmas – foi superado nesta quinta-feira.

Em Curitiba, jurisdição original da Lava Jato, há até agora 121 condenados, sendo 20 já também sentenciados na segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4). Destes, nove já estão presos e 11 aguardam análise de recursos no tribunal, incluindo Lula.

+++‘Ex-presidente não é diferente de ninguém’, diz defesa de Lula ao STF

Pressão. Mesmo com o julgamento do mérito do habeas corpus do ex-presidente marcado para 4 de abril, entidades vão manter a pressão sobre o Supremo. Instituições que fazem parte das duas ações declaratórias de constitucionalidade que contestam a prisão após condenação em segunda instância avaliam pedir na próxima semana que a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, pautar a análise desses casos.

+++Rosa Weber atende defesa, mas se mantém incógnita

Uma das possibilidades é pedir a inclusão para análise no dia 4, junto com o HC de Lula. Cabe à presidente do STF definir a pauta dos julgamentos – Cármen Lúcia vem resistindo a colocar o tema novamente em plenário por entender que não houve fato novo desde o entendimento firmado há dois anos.

+++ Ministros do Supremo negam antecipação de votos

Para o advogado Délio Lins e Silva, a decisão de conceder a liminar a Lula vai contra a jurisprudência da Corte e sinaliza uma mudança de entendimento. “Acho que sinalizaram de novo que vão alterar jurisprudência. Para concederem a liminar assim, a tendência é de que estejam prevendo o desfecho do julgamento. Ao menos é um indicativo sobre o mérito”, disse.

+++ANÁLISE: STF vota, Lula ganha tempo, e brasileiro leigo não entende nada



...e, “na prática, fica a expressa admissibilidade do HC em casos como o constitucionalista e criminalista Adib Abdouni, a decisão “deu fôlego a Lula” e o “ostergado”. “Na medida em que o regimento interno do STF permite que o HC seja concedido antes do julgamento.”

...r da USP, porém, alertou que é preciso aguardar a decisão de mérito do HC. “O STF abriu precedente, porque não houve decisão de mérito. O Supremo não mudou à sua posição anterior sobre a presunção de inocência vigorar até o julgamento”, afirmou o professor de Direito da USP, Paulo Sérgio Bottini, “foi uma decisão justa”. “Na medida em que o tribunal entende que o assunto é relevante a ponto de discutir no pleno, faz sentido você suspender a execução da pena enquanto o caso está em julgamento.”

+++‘Quer que analise o mérito do processo’, pede Lula

Críticas. Alguns juristas questionaram a decisão do STF. “O (Brasil) tomou um forte e dolorido golpe do STF”, escreveu no Twitter a procuradora Thaméa Danelon, da força-tarefa da Lava Jato. “Excelentes avanços. Sessão do STF 22/3/18, grande retrocesso.”

ARTIGO: STF não impasse sobre prisão em 2.^a instância

Segundo o professor de Direito da USP, Paulo Sérgio Bottini, “o STF é extremamente benevolente com criminosos ricos e poderosos”. “Para o STF, basta ser rico, o caso será tratado com benevolência; não por todos os ministros, mas pelas ministras e pela maioria dos ministros.”

+++Morosidade: STF mandaram executar 114 penas em dois anos

Também o professor de Direito da USP, Paulo Sérgio Bottini, afirmou que “o processo no Supremo é desconcertantemente lento”. “O STF não tem a capacidade de julgamento para não resolver o caso. No máximo, fizeram uma meia-sola

